

ALEXANDRE HERCULANO
Liberalismo e Romantismo

Santarém

12-14 de Setembro de 1997

REBELO DA SILVA, DISCÍPULO DE HERCULANO E
PROFESSOR DO CURSO SUPERIOR DE LETRAS DE
LISBOA

Dr.º Pedro Manuel Luís de Freitas
Escola Superior de Gestão de Santarém



1999

SANTARÉM

REBELO DA SILVA, DISCÍPULO DE HERCULANO E
PROFESSOR DO CURSO SUPERIOR DE LETRAS DE
LISBOA

Dr.º Pedro Manuel Luís de Freitas
Escola Superior de Gestão de Santarém

INTRODUÇÃO

Rebello da Silva teve o primeiro encontro marcante com Alexandre Herculano em 1842, na Biblioteca da Ajuda, onde Herculano exercia as funções de bibliotecário. Herculano tinha então 32 anos, enquanto Rebello da Silva contava 20. Este convívio com Herculano foi importante na formação de Rebello de Sousa como historiador. Os contactos entre estes dois intelectuais também permitiram a partilha de pontos de vista. Os liberais tinham consciência do atraso económico português e propunham-se transformar o país. Quais os problemas nacionais que motivaram estes dois estadistas? E de que forma terão participado neles?

Para o liberalismo a instrução era a base para a construção do progresso. O ensino também levaria os cidadãos a participar na vida democrática do país. D. Pedro V estava preocupado com o atraso cultural do país e queria que Portugal participasse na construção do capitalismo europeu. O ensino secundário encontrava-se então em Portugal desligado das necessidades nacionais. Era imperioso ligar o ensino à realidade. Foram estas as motivações que levaram à fundação do Curso Superior de Letras de Lisboa, por D. Pedro V, em 1859.

Sob que premissas terá sido feita esta transformação do ensino de humanidades? Qual a importância deste curso nessa época? Rebello da Silva, face à recusa de Herculano, tornou-se professor da cadeira de História Universal e Pátria. Além de funções docentes exerceu também funções de director e secretário do curso. Como deputado e par do reino fez também “lobby” pelo Curso Superior de Letras de Lisboa, junto do governo. Rebello da Silva até ao seu falecimento, em 1871, foi a figura mais importante desta instituição. De que forma Rebello da Silva terá norteado a sua participação nesta instituição? Qual terá sido a sua metodologia de ensino? Qual era a sua concepção de história?

Como pedagogo, Rebello da Silva preocupou-se também com o ensino médio. Estava em causa o progresso material do país. Em 1868, frente a Rodrigues de Freitas, ganhou um concurso de manuais de economia para as escolas populares criadas pela lei de 27 de Junho de 1866. Que preocupações científicas e pedagógicas terão tido estes compêndios de economia política, rural, comercial e industrial?

Para responder a estas e outras questões consulte a documentação do Arquivo do Curso Superior de Letras de Lisboa, propriedade da Faculdade de Letras de Lisboa, à qual agradeço as facilidades concedidas. Utilizei igualmente os jornais e revistas da época, bem como as obras de Rebello da Silva e Alexandre Herculano.

1. INFLUÊNCIA DE HERCULANO NA VIDA DE REBELO DA SILVA

Luís Augusto Rebelo da Silva nasceu em 2 de Abril de 1822, em Lisboa, no seio de uma família de juristas liberais. O nosso estadista em 1838 ingressou na Sociedade Escolástico - Filomática. Nesta associação cultural os jovens debatiam as grandes questões da época. Aí Rebelo da Silva ganhou bagagem cultural e exercitou os seus dotes oratórios. Nesta instituição conheceu Almeida Garrett e Andrade Corvo.

Filho e neto de doutores, em 1840 viria a ingressar na Universidade de Coimbra, no 1º ano filosófico. Porém, em 1841 viria a abandonar o curso sem ter feito um único exame. Horrorizavam-no a disciplina académica e as ciências exactas. Sentia inclinação pela Literatura e pela História.¹ Em 1842-43 escrevia todas as semanas para a *Revista Universal Lisbonense*, de que era director Feliciano de Castilho. Entregou nesta revista literária diversos romances históricos. Nela também defendeu a laicização do ensino, o que lhe valeu uma polémica literária e rotura com o director da revista. Rebelo da Silva atacava a rigidez do ensino aristotélico-tomista, a hierarquia católica e louvava a obra de Passos Manuel.² O nosso homem queria atrair os cidadãos para a obra desenvolvimentista do liberalismo.

Foi em 1842 que Rebelo da Silva travou o primeiro contacto marcante com Herculano, então bibliotecário na Ajuda. Rebelo da Silva tirou proveito de um grande manancial de documentos e aprendeu com Herculano a utilizar a crítica histórica. Frequentava também o convívio cultural na casa de Herculano. Com Herculano aprendeu latim. Rebelo da Silva ficou assim a dever muito da sua metodologia a Herculano. Contudo, cultivou a história dos séculos XVI e XVII, enquanto Herculano versou a Idade Média.³ Rebelo da Silva, sob os auspícios da Imp. Nac., viria a participar em 1843 numa comissão para a elaboração de um dicionário do qual também fazia parte Herculano.⁴ Embora sem resultados práticos, demonstra o apreço que se dava a Rebelo da Silva.

Em 1850 Rebelo da Silva entrou em defesa de Herculano na polémica sobre o “milagre de Ourique”. A partir de 1846 Herculano havia sido alvo de ataques por negar na sua História de Portugal através das regras da crítica histórica o “milagre de Ourique”. Rebelo de Sousa *através de Carta ao Sr. Ministro da Justiça sobre a utilização que faz do púlpito e da imprensa uma determinada fracção do clero português*⁵, bem como de *Cartas de um aldeão ao Sr. Padre Francisco Recreio*,⁶ critica os pregadores de censurarem os livros que, no seu entender, ofendem a religião. Critica tam-

¹ Borges de Macedo, “A História de Portugal nos Séculos XVII e XVIII e o seu autor” in Rebelo da Silva, História de Portugal nos Séculos XVII e XVIII, org. de Borges de Macedo, Volume 1, Lisboa, Imprensa Nacional, 1971, p.59.

² *Revista Universal Lisbonense*, Tomo III, nº16, 1843, pp.191-194. Ibidem, tomo III, nº 17, 1843, pp.204-206.

³ Bulhão Pato, *Sob os Ciprestes*, Lisboa, Bertrand, 1877, p.239. Veríssimo Serrão, *Herculano e a Consciência do liberalismo Português*, Lisboa, Bertrand, 1977, pp.61 – 63. Veríssimo Serrão, *História Breve da Historiografia Portuguesa*, Lisboa, Verbo, 1962, pp.262 – 263

⁴ Borges de Macedo, *Obra citada*, pp.64-65

⁵ Lisboa, Tipografia de Manuel José Mendes Leite, 1850.

⁶ Rebelo da Silva, *Obras Completas*, Vols XXVI e XXVII, Lisboa, Empresa da História de Portugal, 1909.

bém a manipulação de massas feita pela Igreja. Através das regras da crítica histórica Rebello da Silva refutou este pretensão milagre. Socorrendo-se também das regras de paleografia e diplomática, de João Pedro Ribeiro, provou a falsificação de documentos que alimentavam esta fábula, que nasceu no séc.XV, cresceu no XVI e prosseguiu.

Em 1847 Rebello da Silva tornou-se deputado pelo partido cartista. Viria, contudo, a demarcar-se de Costa Cabral pelo seu autoritarismo. Estavam em curso a reforma da Carta Constitucional e a liberdade de imprensa. Os Cabrais eram acusados de terem prometido o desenvolvimento económico e agora bloquearam-no. Em 1849 Costa Cabral dissolveu a Liga dos Interesses Materiais do País. Face à campanha na imprensa de que foi alvo, em 1850, Costa Cabral lançou a “lei das rolhas”.⁷ Rebello da Silva a partir de 1847 no jornal *A Carta* defendeu a harmonização ideológica da família liberal, em volta do progresso. Costa Cabral estava ultrapassado.⁸ Cabia ao duque de Saldanha unir os liberais e fazer com que Portugal ombreasse com a Europa. Rebello da Silva defendeu o duque dos ataques que lhe eram feitos por Costa Cabral.⁹ Na casa de Herculano fizeram-se reuniões preparatórias do golpe de estado de 24 de Abril de 1851, com o qual viria a nascer a Regeneração.¹⁰

Face a uma pretensa união ibérica, que conduziria ao desenvolvimento das exportações e dos caminhos de ferro, bem como do papel civilizador de Portugal no mundo, Rebello da Silva defendeu intransigentemente a soberania nacional. Através do Parlamento e da imprensa, Rebello da Silva veiculou a ideia de nacionalidade, em contraposição à teoria das federações.¹¹ Face ao crescimento da propaganda ibérica, em 1859, o estado português custeou a *História de Portugal nos sécs. XVII e XVIII*, de Rebello da Silva. Tratava-se de mostrar às gerações futuras através de uma forma científica que Portugal no passado tinha sido prejudicado pela união ibérica. Herculano entraria na liça, ao lado de Rebello da Silva, em 1861, na comissão das comemorações para o primeiro de Dezembro com a finalidade de festejar o acto histórico da restauração da independência. A referida comissão defendeu nos seus estatutos que não havia razões nem morais, nem económicas, que obrigassem à pretensa união.¹² Na Câmara dos Pares em 1869 Rebello da Silva defendeu que o futuro de Portugal teria que ser feito pelos grandes homens portugueses.¹³

Outro lugar de encontro destes dois amigos foi a Academia das Ciências de Lisboa. Herculano tornou-se membro desta instituição em 1844. Foi sob nomeação da academia que Herculano publicou a *História de Portugal*, bem como os *Portugaliae Monumenta Historica*. Foi em 1854, que Rebello da Silva se tornou sócio efectivo

⁷ João Medina (Dir.), *História de Portugal*, 8^o Vol, Lisboa, Ediclube, 1993, p236

⁸ *A Carta*, nº1, 1847, pp. 1- 3. *A Carta*, nº18, 1847, pp. 1-2.

⁹ Vide Rebello da Silva, *O Duque de Saldanha e o Conde de Tomar*, Lisboa, Tipografia da Rua da Bica, 1855.

¹⁰ Veríssimo Serrão, *Herculano e a Consciência do Liberalismo Português*, pp. 66 – 67.

¹¹ *Diário da Câmara dos Deputados*, 1 de Junho de 1848, p.20. *A Imprensa*, nº72, 1852, pp. 3 – 4. *Ibidem*, nº73, 1852, pp 2-3 . *Ibidem*, nº74, 1852, p.3

¹² Luís Torgal, *Ideologia Política e a Teoria do Estado na Restauração*, 1^oVol, Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade, 1981, pp14-15 e 37-39. Victor Sérgio Quaresma, *A Regeneração*, Lisboa, Dom Quixote, 1988, pp. 108-111.

¹³ *Diário da Câmara dos Dignos Pares do Reino*, 30 de Julho de 1869, pp 350-352.

desta instituição, quando Herculano era seu vice-presidente. Foi graças à incumbência da academia que Rebelo da Silva publicou, entre 1862 e 1871, a *História de Portugal nos sécs. XVII e XVIII*. Esta instituição encarregou-o, também, de continuar o Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal iniciado pelo Visconde de Santarém. Herculano e Rebelo da Silva beneficiaram ainda da utilização de diversas obras publicadas pela academia, como as *Memórias Económicas*, bem como do rigor histórico dos seus membros.¹⁴

O papel da Academia das Ciências de Lisboa foi igualmente importante em relação ao Curso Superior de Letras de Lisboa. Este estabelecimento de ensino funcionava no edifício da Academia, o regulamento do curso foi feito por esta instituição e os seus primeiros professores eram sócios efectivos da mesma.¹⁵ Herculano foi em 1859 convidado por D. Pedro V a reger a cadeira de História Universal e Pátria. O ilustre historiador viria a recusar. Herculano não queria entrar em controvérsias religiosas no programa da cadeira, que forçosamente iriam ferir susceptibilidades, como a questão do “milagre de Ourique” ou o papel da Inquisição.¹⁶ Para Veríssimo Serrão a ida para Vale de Lobos estava já na mente de Herculano. Aí encontrou o sossego e sentiu melhoras para poder escrever. Quando vinha a Lisboa o seu estado de saúde piorava.¹⁷ Herculano influenciou D. Pedro V para convidar Rebelo da Silva a reger esta cadeira. Os seus dotes oratórios e o rigor dos conceitos históricos levaram a esta escolha.¹⁸

A tutela da Igreja sobre a sociedade civil aparece também em 1858 na Questão das Irmãs da Caridade. Estas religiosas francesas vieram para Portugal combater uma epidemia, acabando por ter funções na assistência social e no ensino. Em 1858 Herculano encabeçou um movimento que pediu a expulsão das religiosas do nosso país. Em 1859 no Parlamento Rebelo da Silva apresentou uma moção anticlerical que saiu vitoriosa. Esta questão levou à queda do governo do duque de Loulé. Em 1862 o governo francês chamaria para o seu país as religiosas.¹⁹

Nos anos 60 do séc. XIX os contactos entre Herculano e Rebelo da Silva foram escassos. Herculano a partir de Vale de Lobos escrevia sobre grandes questões, como a emigração.²⁰ Rebelo da Silva dividia o seu tempo como estadista, professor e historiador. Mesmo com uma saúde precária trabalhava intensamente. Rebelo da Silva viria a falecer em Lisboa, em 19 de Setembro de 1871, quando escrevia vários trabalhos.²¹ Herculano morreria em 1877.

¹⁴ *Diário do Governo*, nº226, 26 de Setembro de 1859, pp.1239-1240.

¹⁶ Veríssimo Serrão, *Herculano e a Consciência do Liberalismo Português*, pp. 73-74

¹⁷ *Idem, Ibidem*, pp. 225-228.

¹⁸ Busquets de Aguilar, *O Curso Superior de Letras 1858-1911*, Lisboa, 1939, pp.136-137.

¹⁹ Sérgio Quaresma, *Obra Citada*, pp.106-108

²⁰ Veríssimo Serrão, *Herculano e a Consciência do Liberalismo Português*, p. 240.

²¹ Rebelo da Silva deixou incompleta a sua *História de Portugal nos Séculos XVII e XVIII*, pois que não chegou a tratar o séc.XVIII. Estava na altura da sua morte a redigir o 2º Vol da *Memória sobre a População e a Agricultura de Portugal desde a Fundação da Monarquia até 1865*, que assim ficou incompleto e inédito. Vide Rodrigues Cordeiro, *Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro para o ano de 1874*, Lisboa, Tipografia Sallemant, 1873, p.12

2. REBELO DA SILVA E O CURSO SUPERIOR DE LETRAS DE LISBOA

Por decreto de 30 de Outubro de 1858 D. Pedro V pretendeu criar o Curso Superior de Letras de Lisboa, retirando dinheiro da verba que lhes pertencia como rei.²² O monarca via a necessidade da “criação de cursos desenvolvidos de literatura e de história, que servissem de complemento aos secos resumos dessas disciplinas, decorados nos nossos liceus, e que, ao mesmo tempo, fossem preparação para o estudo das ciências, que tão divorciadas andam com as letras.”²³ O ensino secundário era um mero preparatório para a admissão ao ensino superior. Os alunos memorizavam para os exames e não sabiam pensar.²⁴ D. Pedro V queria dar um bom ensino às elites que governariam o país. Então, por disposição da carta de lei de 8 de Junho de 1859 foi criado o Curso Superior de Letras de Lisboa. O curso era de 2 anos. Do 1º ano faziam parte as cadeiras de História Universal e Pátria, Literatura Latina e Grega e introdução sobre as suas origens. O 2º ano era composto pelas cadeiras de Literatura Moderna da Europa e especialmente a literatura portuguesa, Filosofia, História Universal Filosófica.²⁵ Surgia assim um curso e não uma faculdade. Era intenção de D. Pedro V que o curso com o tempo se transformasse numa faculdade.²⁶ Tal, só viria, porém, a acontecer em 1911. O curso foi reconhecido como superior, mas subalternizado em relação aos demais. Os seus professores eram equiparados na mesma categoria e privilégios.²⁷ Contudo, o curso funcionava como admissão à universidade para diversos cursos.²⁸ Neste caso, era na prática um ensino médio. Neste aspecto, a Universidade de Coimbra deve ter tido alguma influência face à concorrência que este curso instalado em Lisboa, poderia exercer. O curso habilitava também para a leccionação nos liceus na área de letras.²⁹ Contudo, só com a reforma de 1901 é que se pôs em prática esta disposição.³⁰ Dava-se também preferência para emprego de funcionários públicos às pessoas que possuíssem carta deste curso.³¹

²² José Silvestre Ribeiro, *História dos estabelecimentos científicos, literários e artísticos de Portugal nos sucessivos reinados da monarquia*, Vol XI, Lisboa, Academia Real das Ciências, 1883, p.267. Rómulo de Carvalho, *História do Ensino em Portugal*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1986, pp.592-593.

²³ “Carta de D. Pedro V ao Ministro da Fazenda em 31 de Outubro de 1858”, in José Silvestre Ribeiro, *Obra Citada*, p.268

²⁴ Andrade Ferreira, “O Novo Curso Superior de Letras”, in *Revista Contemporânea de Portugal e Brasil*, 1º Vol, 1859, pp. 361 – 363.

²⁵ “Regulamento do Curso Superior de Letras”, 14 de Setembro de 1859, in *Diário do Governo*, nº226, 26 de Setembro de 1859.

²⁶ “Carta de D. Pedro V ao Ministro da fazenda, em 31 de Outubro de 1858”, in José Silvestre Ribeiro, *Obra Citada*, p.269.

²⁷ “Regulamento do Curso Superior de Letras de Lisboa”, 14 de Setembro de 1859.

²⁸ *Livro do Registo de Decretos, Portarias e Regulamento do Curso Superior de Letras*, 9 de Setembro de 1859, folhas 28 a 30.

²⁹ *Ibidem*, 9 de Setembro de 1859, folhas 28 a 30.

³⁰ Busquets de Aguilar, *Obra Citada*, p.20

³¹ *Livro de Registo de Decretos, Portarias e Regulamentos...*, 9 de Setembro de 1859, folhas 28 a 30. Ribeiro, *Obra Citada*, p.272.

O Curso Superior de Letras de Lisboa foi instalado no edifício da Academia de Ciências, edifício do extinto Convento de Jesus. Foi esta instituição que foi incumbida pelo rei de escrever o regulamento do curso³², bem como as funções públicas a que este ensino dava habilitação.³³ Ser sócio efectivo da Academia era uma das condições preferenciais para ser professor do curso. O júri para a admissão de docentes era também formado por sócios efectivos da dita academia.³⁴ Os primeiros professores não foram escolhidos através de concurso. O rei preferiu chamar personalidades já célebres e com trabalho nessa área. Pretendia-se atrair alunos e projectar esta instituição.³⁵ As aulas só começaram em 14 de Janeiro de 1861.³⁶ O ano lectivo era aberto com um discurso inaugural. Os programas de cada cadeira eram aprovados anualmente pelo conselho de curso. Os exercícios escolares constavam de prelecções e repetições. Havia 2 prelecções de 1 hora de cada cadeira por semana, bem como 1 repetição de 1,5 horas de cada cadeira por mês. Nas prelecções fazia-se uma exposição oral do assunto, só podendo o professor ler na aula textos para interpretação. As repetições eram uma recordação das lições nos últimos 30 dias. O professor interrogava os alunos e respondia às dúvidas que estes lhe punham. Os alunos que tinham chegado ao final do ano eram submetidos a exame. Os alunos para terem carta de curso tinham que se submeter a um exame geral, onde defendiam uma tese à escolha sobre uma matéria do curso e respondiam a perguntas feitas por dois professores. A defesa da tese demorava uma hora. Igualmente uma hora duravam as interrogações.³⁷

D. Pedro V chamou Alexandre Herculano para reger a cadeira da História Universal e Pátria. Porém este recusou, pelas razões atrás apontadas. Então, o rei chamou para professor Rebelo da Silva, que tomou posse em 22 de Outubro de 1859.³⁸ Este tinha frequentado o convívio de Herculano, na Ajuda. Rebelo da Silva possuía grandes dotes de orador. As suas aulas eram uma narração pitoresca da época, pondo grande emotividade nas suas exposições. Os conceitos eram rigorosos e as aulas tinham sempre uma função formativa. O mestre prendia assim as multidões.³⁹ O curso face à grande frequência das suas aulas pediu a utilização do anfiteatro da Escola Politécnica, que foi concedido.⁴⁰ D. Pedro V era um dos frequentadores entusiastas das suas lições.⁴¹ Rebelo da Silva fez a abertura solene do curso em 1861.⁴² Face à morte de

³² Por portaria de 18 de Junho de 1859. Vide José Silvestre Ribeiro, *Obra Citada*, p.272.

³³ Por Portaria de 18 de Junho de 1859, Vide José Silvestre Ribeiro, *Obra Citada*, p. 273.

³⁴ "Regulamento do Curso Superior de Letras de Lisboa", 14 de Setembro de 1859, In *Diário do Governo*, nº226, 26 de Setembro de 1859.

³⁵ Busquets de Aguilar, *Obra Citada*, p.135

³⁶ *Idem*, *Ibidem*, p.40

³⁷ "Regulamento do Curso Superior de Letras de Lisboa", 14 de Setembro de 1859.

³⁸ Livro de Registo dos termos de juramentos dos professores do Curso Superior de Letras, 22 de Outubro de 1859, folha 1

³⁹ Bulhão Pato, *Sob os Ciprestes*, Lisboa, Bertrand, 1877, pp.254-255.

⁴⁰ Livro do Registo de correspondência com o Curso Superior de Letras, 27 de Fevereiro de 1861, folha 3 verso; *ibidem*, 1 de Abril, folha 4

⁴¹ Busquets de Aguilar, *Obra Citada*, p.138

⁴² *Jornal do Comércio*, nº2189, 15 de Janeiro de 1861.

D. Pedro V foi igualmente Rebello da Silva que teceu o elogio do monarca na abertura solene do curso em 1862.⁴³ Rebello da Silva foi director do curso em 1862 – 64 e 1868 – 70. Foi secretário do curso em 1859 – 62, acumulando por regulamento com o cargo de bibliotecário. Como professor da cadeira de História Universal e Pátria acumulava, também por regulamento, com o cargo de conservador do gabinete de arqueologia.⁴⁴ A sua acção junto do governo foi igualmente importante. Em 1861, como secretário do curso, conseguiu que o anfiteatro da Escola Politécnica de Lisboa fosse disponibilizado para as suas aulas. A precaridade das instalações do curso foi diversas vezes assuntos de reuniões. Insistiu-se constantemente na mudança do curso para instalações mais condignas. Foi designado para estas “démarches” junto do governo Rebello da Silva pelas funções públicas que desempenhava. O pedido foi feito em 1867, porém não foi atendido.⁴⁵

Como nunca se deu cumprimento ao envio de sumários das cadeiras do curso para o Ministério da Educação⁴⁶, bem como muitas das aulas eram improvisadas⁴⁷, as únicas fontes que possuímos relativamente às matérias de cada cadeira são os programas. O primeiro programa da cadeira de História Universal e Pátria é referente ao ano lectivo 1860 – 61.⁴⁸ É totalmente dedicado à história de Portugal, tendo apenas um preâmbulo sobre as origens da nacionalidade, que parte da história universal. Esta preocupação com as origens da nacionalidade entronca na história romântica. Trata-se de ir buscar na Idade Média a justificação do presente.⁴⁹ As cortes medievais têm peso, pois legitimam as cortes liberais. A formação do reino português entronca na revolução política consumada por D. Afonso Henriques, garantindo a nossa separação em relação a Leão. Este traço é um argumento anti-ibérico. Além da história política, em que as contendas entre as fracções que disputam o poder político têm grande peso, aparece a história social. A história deixa de ser uma enumeração de reinados e de alguns factos importantes. Há espaço para a história das instituições e para o municipalismo.⁵⁰ A distinção dos estratos sociais fazia-se pelos privilégios e pelo pagamento de impostos. A condição dos grupos⁵¹ populares é importante, quer pela

⁴³ José Silvestre Ribeiro, *Obra Citada*, p.280. O elogio fúnebre do rei foi publicado em 1863. Vide Rebello da Silva, *Elogio Histórico de Sua Majestade El-Rei, O Senhor D. Pedro V, Protector da Academia Real das Ciências*, Lisboa, Tipografia da Academia, 1863.

⁴⁴ Busquets de Aguilar, *Obra Citada*, pp.292-293. “Regulamento do Curso Superior de Letras de Lisboa”, 14 de Setembro de 1859.

⁴⁵ Busquets de Aguilar, *Obra Citada*, pp.30 – 31.

⁴⁶ *Livro de Registo da Correspondência com o Curso Superior de Letras*, 4 de Outubro de 1865, folha 14. Busquets de Aguilar, *Obra Citada*, p.299.

⁴⁷ Bulhão Pato, *Obra Citada*, pp.253 – 254

⁴⁸ *Diário do Governo*, nº240, 19 de Outubro de 1860.

⁴⁹ Fidelino de Figueiredo, “Rebello da Silva, historiador (1822 – 1871)”, in *Revista de História*, nº5, Jan – Mar, 1913, p.89. Veríssimo Serrão, *Herculano e a Consciência do Liberalismo Português*, pp. 81-82. Oliveira Marques (Org.), *Antologia da Historiografia Portuguesa*, 1º Vol, Lisboa, Europa – América, 1981, pp. 38-39.

⁵⁰ Alexandre Herculano, “Carta IV sobre a História de Portugal” (1842) in *Opúsculos*, Vol 4, org. de José Manuel Garcia e Jorge Custódio, Lisboa, Presença, 1985, pp.219-221.

⁵¹ Os liberais não faziam distinção entre ordens e classes sociais.

sua posição como estratos produtores, quer pela defesa da nacionalidade em momentos cruciais, como 1383-85 ou 1640. Assim, é dado relevo nestes programas aos forais⁵² e ao apoio do monarca no povo, para ter espaço de manobra perante a nobreza e o clero.⁵³ Esta consciência de grupo era muito importante para a história liberal.⁵⁴

Outra parte importante deste programa é a decadência do país a partir de D. João III. O afastamento progressivo da coroa em relação ao povo levou a crescente entrega à Espanha, que conduziria em 1580 à União Ibérica. Esta questão é vista como profunda dissolução nacional, económica e moral. O absolutismo e a corrupção operada pelos Descobrimentos são assim condenados. Segundo, Rebelo da Silva, o ódio dos portugueses ao jugo estrangeiro conduziu à revolução de 1640. D. João IV convocou logo cortes. A história liberal forja, assim, no passado uma arma para o presente.⁵⁵ Vêm ao de cima o anti-iberismo e a justificação das cortes liberais. Temos aqui uma história formativa.

O Marquês de Pombal é o culminar deste programa. É a acção do grande homem como fruto das necessidades do seu tempo.⁵⁶

O programa da 1ª cadeira para o ano lectivo 1865-66 centra-se na história da Europa⁵⁷. Os sécs XVII e XVIII são o objecto de estudo, com um inevitável buscar das origens no séc. XVI. É uma história sócio-política, em que se traçam quadros sincrónicos de modo a comparar a marcha da humanidade nas principais partes do globo. Este programa tem, assim, afinidades com *O Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal*, cujos volumes, escritos por Rebelo da Silva, saíram entre 1864 e 1869.⁵⁸

O programa da 1ª cadeira apresentando em Maio de 1870⁵⁹ é muito semelhante ao do ano lectivo 1860-61. A história de Portugal tem um grande peso. A história universal só aparece neste programa quando os grandes momentos europeus se relacionam com a história de Portugal, como acontece nos sécs. XVII e XVIII.

Além de professor da cadeira de história universal e pátria, Rebelo da Silva, no ano lectivo de 1862-63, foi professor da 3ª cadeira – Literatura Moderna da Europa e especialmente a literatura portuguesa – face à doença que impossibilitou Lopes de Mendonça.⁶⁰ Tinham trabalhado os dois nos *Anais de Ciências e Letras*, da Academia Real das Ciências de Lisboa, em 1857. Na *História de Portugal dos Sécs. XVII e XVIII*, de Rebelo da Silva, é visível a influência de Lopes de Mendonça. O Renascimento é visto como um período de decadência de Portugal que irá conduzir à União Ibérica. O

⁵² O ataque aos forais a que Herculano dá grande importância é feito por Rebelo da Silva na *Memória sobre a População e a Agricultura de Portugal...*, bem como na *História de Portugal nos Séculos XVII e XVIII*, especialmente no 5º Vol...

⁵³ Este aspecto é desenvolvido por Rebelo da Silva nos seus romances históricos sobre temas medievais, como *Ódio Velho Não Cansa* (1848), Porto, Civilização, 1967.

⁵⁴ Georges Lefebvre, *O Nascimento da Moderna Historiografia*, Lisboa, Sá da Costa, 1981, pp.92 – 95

⁵⁵ Vide Rebelo da Silva, *História de Portugal nos Sécs. XVII e XVIII*, tomo I, Lisboa, Imprensa Nacional, p. VIII

⁵⁶ Borges de Macedo, “A história de Portugal nos Séculos XVII e XVIII e o seu autor”, pp. 85-86

⁵⁷ *Programa das Cadeiras do Curso Superior de Letras para o Ano Lectivo de 1865 – 1866*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1865, pp. 3 – 5.

⁵⁸ Veríssimo Serrão, *História Breve da Historiografia Portuguesa*, Lisboa, Verbo, 1962, p.263

⁵⁹ Busquets de Aguilar, *Obra Citada*, p.302.

⁶⁰ *Livro de Registo da Correspondência com o Curso Superior de Letras*, 31 de Março de 1862, folha 8.

absolutismo régio é assim condenado. É assim significativa a influência de Herculano nestes dois intelectuais.⁶¹

A partir do ano lectivo 1865-66 a actividade de Rebello da Silva no curso Superior de Letras de Lisboa foi intermitente. Abriu a aula inaugural da sua cadeira, tendo sido substituído logo de seguida por Jaime Moniz, que assim acumulava com a cadeira de História Universal Filosófica.⁶² Para o ano lectivo de 1867-68 Rebello da Silva pediu escusa da sua cadeira devido a trabalhos parlamentares, tendo sido novamente substituído por Jaime Moniz.⁶³ Este professor começou a partir desta altura a salientar-se.⁶⁴ De Agosto de 1869 a Maio de 1870 Rebello da Silva foi Ministro da Marinha e do Ultramar. No ano lectivo 1870-71 os trabalhos parlamentares e a sua saúde precária também o afastaram do curso.⁶⁵ Rebello da Silva viria a falecer em 19 de Setembro de 1871. Como homenagem a Rebello da Silva resolveu o Conselho de Curso pendurar na sala de reuniões os retratos dos professores entretanto falecidos.⁶⁶

3. OUTRAS ACÇÕES DE REBELO DA SILVA COMO PEDAGOGO.

Rebello da Silva em 1859 fez parte do conselho geral da instrução pública. Embora sem grandes resultados práticos, mostra mais uma vez a preocupação dos liberais com a elevação do nível cultural do Terceiro Estado. Cidadania e Educação estão mais uma vez presentes.

Esta maior importância dada aos cidadãos teria que passar pela instrução pública e pelo municipalismo. Seriam estas as bases para atingir o progresso material do país. À semelhança de Herculano, Rebello da Silva defendia os pequenos e médios agricultores interessados em tomar parte na vida activa do país.⁶⁷ O ensino primário deveria ser incrementado com base na riqueza nacional obtida dos particulares. Já em 1848 Rebello da Silva baseando-se no exemplo inglês das escolas primárias, argumentou que o ensino se deveria ligar à agricultura. Estas escolas eram sustentadas pela riqueza dos municípios e promoviam o desenvolvimento regional.⁶⁸ Desta forma compreende-se que nas obras de Herculano e Rebello da Silva seja feita a promoção do enfiteuta.⁶⁹

⁶¹ Veríssimo Serrão, “Dois «Discípulos» de Herculano: Lopes de Mendonça e Oliveira Marreca”, in AA.VV., *A Historiografia Portuguesa de Herculano a 1950*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1978, pp.209 – 224.

⁶² Francisco Adolfo Coelho, *Le Cours Supérieur de Lettres*, Lisbonne/ Paris, Aillaud & C^{es}, 1900, p47.

⁶³ *Livro de Registo da Correspondência com o Curso Superior de Letras*, 31 de Outubro e 1 de Novembro de 1867, folha 20 Verso.

⁶⁴ Busquets de Aguilar, *Obra Citada*, p.162.

⁶⁵ *Livro de Registo da Correspondência com o Curso Superior de Letras*, 2 de Novembro de 1870, folha 28. *Ibidem*, 13 de Fevereiro de 1871, folha 29.

⁶⁶ Busquets de Aguilar, *Obra Citada*, p.164.

⁶⁷ Vide António José Saraiva, *Herculano e o Liberalismo em Portugal*, Lisboa, Bertrand, 1977, pp.193 – 200

⁶⁸ *A Época*, nº9, 1848, pp.134 – 136.

⁶⁹ Alexandre Herculano, *História de Portugal...*, Vol 3, org. de José Mattoso, Lisboa, Bertrand, 1982, pp. 390 – 391. Vide também Alexandre Herculano, “Carta 8ª sobre a emigração” (1874), in *Opúsculos*, Vol. 2, org. de José Manuel Garcia e Jorge Custódio, Lisboa, Presença, 1983, pp.108 – 112. Rebello da Silva, *Compêndio de Economia Rural para uso das Escolas Populares Criadas pela lei de 27 de Junho de 1866*, 2ª ed., Lisboa, Imprensa Nacional, 1883, pp. 70 – 73.

Interessado no progresso do país, Rebelo da Silva, participou em 1868 num concurso para manuais de economia do ensino médio. Foi seu adversário Rodrigues de Freitas, professor na Academia Politécnica do Porto e futuro deputado Republicano.⁷⁰ O concurso foi ganho por Rebelo da Silva, com o *Compêndio de economia política, compêndio de economia rural, compêndio de economia comercial e industrial*.⁷¹ Estes trabalhos eram para uso das escolas populares criadas pela lei de 27 de Julho de 1866.⁷² Estas escolas visavam responder às necessidades dos concelhos de acordo com as suas características rurais ou industriais. Este ensino primário superior fornecia uma preparação de base para a vida activa. O estado liberal cuidava da valorização individual, que concorreria para o bem comum. Nestes compêndios as intenções pedagógicas estão bem vincadas. As páginas de abertura de todos os livros tem definições gerais sobre o assunto de modo a permitir uma exposição precisa e o bom entendimento dos educandos. *O compêndio de economia rural, e o compêndio de economia comercial e industrial*, têm também no seu início uma versão resumida do compêndio de economia política de modo a permitir a apreensão rápida desta macroeconomia tão importante para a compreensão desta temática específica. Cada um destes assuntos encontra-se dividido em partes e lições. São acrescentadas em apêndice algumas notas a certas lições. Os compêndios terminam com um questionário, com respostas guiadas para cada uma das lições, de forma ao aluno poder fazer a testagem dos seus conhecimentos.

Rebelo da Silva nestes seus trabalhos revela-se conhecedor das principais teorias económicas em voga na época, a saber:

- Adam Smith (divisão do trabalho; função reprodutiva do capital; teoria do valor-trabalho; defesa do liberalismo económico).⁷³
- Malthus (tese da renda fundiária e da diminuição da taxa de lucro na agricultura).⁷⁴
- Jean Baptiste-Say (lei dos mercados).⁷⁵
- David Ricardo (“lei de ferro” dos salários).⁷⁶
- Os problemas de diminuição dos rendimentos suscitados por estas teses de Malthus e Ricardo são, contudo, ultrapassados por Rebelo da Silva, pela apologia

⁷⁰ Teófilo Braga, *As Modernas Ideias na Literatura Portuguesa*, 1^o Vol, Porto, Livraria Chardron, 1892, p.161.

⁷¹ Publicados em Lisboa, pela Imprensa Nacional, 1868.

⁷² Sobre a criação destas Escolas Populares, ver *Diário do Governo*, nº163, 23 de Julho de 1866.

⁷³ Adam Smith, *Riqueza das Nações*, 2 Vols, 2^aed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1987/89.

⁷⁴ David Ricardo, *Princípios de Economia Política e da Tributação*, 3^aedição, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1983, pp.119-120.

⁷⁵ Mark Blaug, *História do Pensamento Económico*, 1^oVol, Lisboa, D.Quixote, 1989, pp.111 – 117.

⁷⁶ Idem, *Ibidem*, pp. 209 – 210.

⁷⁷ Oliveira Marreca, “Parecer e Memória sobre um projecto de estatística”, Lisboa, Academia Real das Ciências, 1853. Publicado por Cecília Barreira (org.), *Obra Económica*, 2^oVol, Lisboa, Instituto Português do Ensino à Distância, 1983, pp.290-295 em especial.

da mecanização e da formação profissional, de forma a aumentar a produtividade. Esta forma de desenvolvimento do país consegue fazer uma união entre os interesses do patronato e do trabalhador. Neste reformismo social perflha as ideias de Oliveira Marreca.⁷⁷

CONCLUSÃO

O primeiro encontro marcante entre Alexandre Herculano e Rebello da Silva deu-se em 1842. O primeiro tinha então 32 anos e o segundo 20. Herculano era então bibliotecário real, o que permitiu a Rebello da Silva acesso a importantes documentos. Rebello da Silva aprendeu com Herculano as regras da crítica histórica e este também lhe ensinou latim. O mestre projectou Rebello da Silva para as cenas intelectual e política.

Em 1850 Rebello da Silva entrou na polémica sobre o “milagre de Ourique” ao lado do seu mestre. Através da crítica histórica negou nas suas obras o sobrenatural. A necessidade de independência da sociedade civil perante a Igreja esteve presente nas suas intenções. A educação competia ao Estado. Em 1858 e 1859 vemos estes dois homens a assinarem petições exigindo a expulsão das Irmãs da Caridade. Estas religiosas francesas estavam a ocupar-se do ensino e da assistência social no nosso país.

Estes dois políticos bateram-se pela liberdade de imprensa e pelo progresso. Tiveram desta forma importante papel na derrota do Cabralismo. Ambos acreditavam que a Regeneração elevaria Portugal perante as outras nações. O nível de vida dos cidadãos melhoraria. Nesta época lutaram contra o iberismo. Através das letras e da política empenharam-se em demonstrar à opinião pública que Portugal nada ganharia com esta união. O desenvolvimento de Portugal teria que ser conseguido de forma autónoma. Tratava-se de educar os espíritos para a cidadania.

Herculano e Rebello da Silva como sócios efectivos da Academia de Ciências de Lisboa tiraram partido de um vasto conjunto de documentos. Várias das suas obras foram escritas sob os auspícios desta instituição, sendo as mesmas apoiadas pelo Estado. Esta Academia teve um importante papel no Curso Superior de Letras de Lisboa, de que Rebello da Silva foi professor.

D. Pedro V preocupou-se com o nível cultural do país. O monarca face à pobreza do ensino secundário em Portugal fundou em 1859 o Curso Superior de Letras de Lisboa. O rei queria preparar bem os jovens burgueses que iriam dirigir o país. Este estabelecimento de ensino habilitava para a admissão na universidade. Pretendia-se formar professores para os liceus e dava acesso a funções públicas. Era assim impor-

⁷⁷ Oliveira Marreca, “Parecer e Memória sobre um projecto de estadística”, Lisboa, Academia Real das Ciências, 1853. Publicado por Cecília Barreira (org.), *Obra Económica*, 2^o Vol, Lisboa, Instituto Português do Ensino à Distância, 1983, pp.290-295 em especial.

tante para a edificação da sociedade burguesa. Era a preocupação de ligar o ensino à vida. O monarca teve a preocupação de chamar pessoas já com provas dadas para professores desta instituição. Rebelo da Silva, face à recusa de Herculano, foi convidado para a cadeira de História Universal e Pátria. Nas suas aulas através dos seus dotes oratórios o professor prendia as multidões. As suas prelecções tinham sempre uma função formativa. O mestre transmitia com emotividade o passado de forma a dar ensinamentos para o presente. No seu ensino preocupou-se com a origem da nacionalidade portuguesa. Tratava-se de ir buscar à Idade Média a justificação do presente. O interesse pela história social é também importante. Como historiador liberal Rebelo da Silva preocupa-se assim em cultivar a história do Terceiro Estado e legitimar a construção do liberalismo. Além da consciência de grupo o professor transmite também a ideia nacional na refutação do iberismo, através da crise de 1383-85 e da revolução de 1640. A educação tem assim funções de cidadania para Rebelo da Silva.

Além de professor, foi também director e secretário do Curso Superior de Letras em diversos períodos. O seu capital político e intelectual fez com que conseguisse o anfiteatro da Escola Politécnica para as suas aulas. Foi designado pelo Conselho do Curso Superior de Letras para pedir ao governo instalações condignas. Os seus intentos porém não foram conseguidos.

Rebelo da Silva escreveu, ainda, em 1868 manuais de economia para o ensino médio. Estava no seu pensamento formar pessoas úteis à sociedade. O aluno ficava com uma cultura económica elementar que lhe possibilitava participar no fomento económico do país. Este ensino primário superior preparava também para o ingresso no ensino técnico. Nestes compêndios a economia política liga-se às actividades económicas que devem fazer o progresso do país. Os manuais dão definições precisas de forma a guiar o aluno para os conhecimentos da realidade económica portuguesa inserida no conjunto mundial. Através de questionários, no final de cada um dos livros, o aluno pode testar os seus conhecimentos. Rebelo da Silva demonstra nestas obras conhecer as teorias dos economistas clássicos, bem como de Oliveira Marreca e Fradesso da Silveira.